



Juiz de Alagoas acusado de vender decisões será investigado pelo CNJ

Um juiz da Comarca de Marechal Deodoro, em Alagoas, acusado de vender decisões, é alvo de um Processo Administrativo Disciplinar do Conselho Nacional de Justiça. Com a instauração da investigação, o julgador foi afastado de suas funções até a decisão final do PAD e teve as vantagens inerentes ao cargo suspensas, exceto o auxílio-moradia.

Ele é acusado de receber R\$ 200 mil para decidir pela soltura de preso e outros R\$ 50 mil mensais para atuar em favor do prefeito da cidade. A decisão foi tomada nessa terça-feira (4/10) pelo Plenário do CNJ por unanimidade.

O conselheiro Emmanoel Campelo, relator do caso, afirmou em seu voto que há indícios suficientes para justificar a investigação. “Analisando a documentação acostada, verifiquei que consta a suspeita de uma possível organização criminosa na Comarca de Marechal Deodoro, composta por advogados e funcionários públicos, voltada à prática, em princípio, do crime de exploração de prestígio. Entendo que se revela prudente uma apuração rigorosa dos elementos probatórios.”

Em seu voto, a presidente do CNJ, ministra Cármen Lúcia, afirmou que, por não ter participado dos debates anteriores, acompanharia a questão do afastamento com a suspensão de todas as vantagens, inclusive parcelas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

07/10/2016